



Quadro 1.

¿Por que ler este documento?

Diante de um crescimento rápido das iniciativas de conservação marinha na América Latina, com um colapso global evidente do setor da pesca como resultado dum modelo desigual de crescimento e gestão dos oceanos, e reconhecendo a enorme dependência das comunidades costeiras dos recursos costeiros e marinhos em termos de segurança alimentar, segurança econômica local e sobrevivência, é preciso ponderar o seguinte:

1. A gestão dos recursos marinhos e a sua conservação não pode e não deve continuar a ser feita com base nas práticas e os procedimentos utilizados anteriormente na conservação continental.
2. A construção do conhecimento pela gestão dos recursos marinho costeiros exige novas metodologias integrais e criativas bem como esforços para vincular a gestão da pesca local e a preservação da resiliência dos ecossistemas com o conhecimento local.
3. Os pescadores de pequena escala devem ser percebidos como aliados e não como uma ameaça aos esforços de conservação marinha.
4. Deve-se promover um esforço global para reconhecer os direitos humanos dos trabalhadores da pesca de pequena escala, que ajude a garantir o seu acesso aos recursos marinhos, uma boa qualidade de vida, e o fortalecimento da sua cultura e identidade.
5. É preciso alcançar novos acordos institucionais para assegurar a participação efetiva de todas as partes envolvidas na conservação marinha afim de compartilhar o poder na tomada de decisão e a construção de alianças sustentáveis nas quais os diferentes atores avancem no respeito dos direitos e responsabilidades de cada um.

CONSERVAÇÃO DE ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS NA COSTA RICA:

¿E O SEU POVO?



*Pescador artesanal de
Dominicalito. CoopeSoli-
Dar R. L. 2012.*



*Tarcoles – Costa Rica.
Foto Pablo Cambroner.*

Sumário Executivo:

Globalmente, há uma preocupação crescente para fomentar o aumento do número de espaços marinhos protegidas. Em primeiro lugar, na oitava reunião das partes do Convênio sobre Diversidade Biológica (CBD), COP Curitiba, Brasil e na COP 10 em Nagoya, Japão, os países signatários foram encorajados a envidar esforços para aumentar o seu território marinho em estado de conservação. Esta prioridade foi ratificada no objetivo estratégico C dos Objetivos da Aichi, que propõe um aumento das zonas costeiras e marinhas de pelo menos 10% até o ano 2020 (CBD, 2010).

Estima-se que, na Costa Rica, 3,2% do território marinho está protegido (Relatório do Estado da Nação, 2010). Em resposta aos apelos da CBD e as suas iniciativas próprias, o país tem iniciado um processo que pretende identificar os modos de atingir a conservação do seu património natural marinho. Em 2004, através do Decreto Executivo N° 31832-MINAE, que foi ratificado por meio do Decreto Executivo N° 32731-MINAE e pela Comissão Interdisciplinar Marinho Costeira da Zona Econômica Exclusiva da Costa Rica, o aumento de até o 25% do espaço marinho protegido foi definido como meta (MINAET, 2005) (Comissão Interdisciplinar Marinho Costeira da Zona Econômica Exclusiva da Costa Rica, 2006).

Tendo este fim em conta, o governo tem criado dois instrumentos de política nacional que visam formalizar a gestão da conservação marinha. Por um lado, em 2008, o Instituto Costarriquenho de Pesca e Aquicultura (INCOPECA), estabeleceu a figura das Áreas de Pesca Responsável. Por outro lado, em 2009, o Ministério do Ambiente, Energia e Telecomunicações (MINAET) através do Sistema Nacional de Conservação (SINAC), instaurou duas categorias adicionais de gestão das áreas marinhas protegidas: As reservas marinhas e as áreas marinhas de gestão (ver Quadro 2).

O anteriormente exposto tem gerado um debate considerável sobre a maneira, a visão, a governança e os instrumentos e ferramentas utilizadas para garantir a conservação da diversidade marinha a longo prazo.

Quadro 2.

Objetivos principais dos instrumentos de conservação criados pelo Minaet e Inopesca

Reservas Marinhas

As reservas marinhas responderão hierarquicamente aos objetivos de gestão a seguir: a) Conservar os ecossistemas e o habitat pela proteção das espécies (objetivo primário) para garantir o equilíbrio e a continuidade dos processos evolutivos e ecológicos. b) Promover a prestação de benefícios para satisfazer as necessidades das populações humanas e a sua qualidade de vida (objetivo secundário). c) Assegurar o uso sustentável dos ecossistemas marinhos, costeiros e oceânicos (objetivo secundário). d) Promover a educação, a pesquisa científica e o monitoramento ambiental (objetivo secundário) para permitir o uso sustentável dos recursos nacionais e a sua conservação. e) Facilitar um ecoturismo de baixo impacto. (objetivo potencialmente aplicável). Artigo 2º - Decreto Executivo Nº 35369-MINAE, publicado no Jornal Oficial Nº 139 de 20 de julho de 2009.

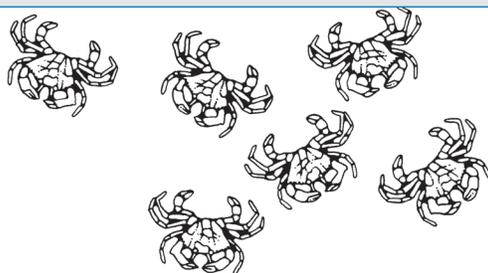
Áreas Marinhas de Gestão

Áreas que responderão hierarquicamente aos objetivos de gestão a seguir:

- a) Garantir o uso sustentável dos recursos marinhos, costeiros e oceânicos (objetivo primário).
- b) Conservar a biodiversidade dos ecossistemas, as espécies e os genes (objetivo primário).
- c) Manter os serviços ambientais e os atributos culturais e tradicionais (objetivo primário).
- d) Promover a pesquisa científica, a educação e o monitoramento ambiental. (Objetivo potencialmente aplicável).
- e) Facilitar o ecoturismo e a recreação. (Objetivo potencialmente aplicável). Artigo Nº 5-Decreto Executivo Nº 35369-MINAET, publicado no Jornal Oficial Nº 139 de 20 de julho de 2009.

Áreas Marinhas para Pesca Responsável

Áreas com características biológicas, pesqueiras ou socioculturais importantes, que serão delimitadas segundo coordenadas geográficas e outros mecanismos que permitam identificar os seus limites e nas quais regulem-se as actividades pesqueiras de um modo particular para assegurar o aproveitamento dos recursos pesqueiros a longo prazo e, para cuja preservação, uso e gestão, o INCOPECA poderá ter o apoio das comunidades costeiras e outras instituições. A.J.D.I.P/138-2008 de 4 de abril de 2008. Decreto Executivo Nº 35502-MAG, publicado 01/10/2009.





Este documento de posição analisa alguns exemplos de conservação marinha na Costa Rica, a sua trajetória e resultados. Ele chama a atenção sobre os seguintes pontos para uma análise rigorosa dos resultados:

1. A conservação marinha é um tema recente na Costa Rica e há ainda pouca experiência para assegurar uma conservação integral e ecossistêmica dos recursos marinho costeiros, paralelamente à cultura e identidade das comunidades marinho costeiras.
2. Reconhece-se o impacto positivo da instauração de duas novas categorias de gestão por parte do MINAET/SINAC, que representam o início dum novo estágio de aprendizagem nesta entidade no que se refere aos atores e às prioridades de conservação associados com o tema marinho.
3. A recente participação do INCOPESCA para promover a conservação, através das áreas de pesca responsável, está abrindo uma oportunidade para implementar um modelo de governança de co-gestão dos espaços marinhos e vincular as questões de conservação marinha com a gestão integral da pesca e o desenvolvimento da produção pesqueira.
4. As áreas marinhas protegidas sob a direção do MINAET/SINAC, como no caso da análise apresentada a seguir, não cumprem com os fins de conservação definidos na sua instauração. Estes espaços marinhos protegidos continuam a ser geridos baseados nos mesmos instrumentos de conservação utilizados nas zonas continentais e têm lacunas na inclusão de considerações de ordem social e econômica, que afetam diretamente tanto aos pescadores de pequena escala quanto as suas comunidades.
5. O país deveria repensar os seus compromissos no nível internacional e nacional tendentes a aumentar as suas áreas marinhas protegidas até um 25% com uma visão mais integral, que possibilite a inclusão de considerações de ordem social. A definição dum categoria ou dum mecanismo de conservação deve ser o último elo num processo participativo de gestão. Antes disso acontecer, as comunidades deverão ser reforçadas e acompanhadas para potencializar as suas habilidades e poder lidar adequadamente com as suas novas responsabilidades.
6. Nas áreas marinhas protegidas analisadas, observou-se a manipulação por parte de setores influentes e economicamente fortes na definição das decisões destas áreas, se trate de interesses políticos, de preservação ou econômicos.
7. O país tem uma variedade de espaços que permitem os setores envolvidos ou afetados tomarem parte nas iniciativas



Entrevista com pescadores artesanais de Cuajiniquil. CoopeSoliDar R. L. 2012.

de conservação. No entanto, na realidade, os pescadores artesanais, os principais usuários tradicionais dos recursos marinhos, não participam ativamente nos espaços de consulta, diálogo nem na tomada de decisão.

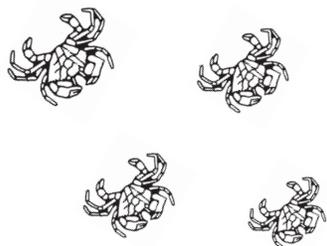
8. Nas áreas protegidas analisadas como parte da pesquisa, notou-se a existência de diferentes níveis de desigualdade, associados tanto com as estruturas organizacionais quanto com os setores produtivos, especialmente aqueles da pesca artesanal. Dentro da comunidade, dentro do setor da pesca artesanal, percebem-se diferentes níveis de vulnerabilidade: entre homens e mulheres, entre a pesca artesanal e os receptores, os pescadores e a guarda costeira, a pesca artesanal e a pesca esportiva etc.
9. Isto exige não só uma mudança na maneira de abordar e lidar com este setor social, mas se faz necessário o apoio técnico e institucional a longo prazo que fortaleça o trabalho da organização com respeito social e cultural.
10. No tocante aos benefícios produto da conservação, na situação actual, percebe-se um empobrecimento ainda maior das comunidades de pesca que, em vez de melhorar a situação piora as relações com a área marinha protegida, afeta a base de recursos nas outras áreas de pesca e os torna vulneráveis a todo tipo de ameaça ambiental, tais como a mudança climática, e aspectos de ordem social como a dependência de drogas ilegais.



11. É urgente definir os mecanismos que facilitem o diálogo, a negociação entre os setores e promover a distribuição dos benefícios derivados da conservação. Caso contrário, é possível prever situações de conflito em prejuízo dos esforços de conservação marinha que precisam serem abordadas pelas instituições estatais e os atores locais.

As principais conclusões são listadas a seguir:

- É urgente reconhecer novas formas de governação marinha pela conservação do mar, que envolva os atores locais, e fazer das comunidades costeiras aliadas e não inimigas duma vontade que parece ser comum a todos os setores, ou seja, a conservação do mar e os seus recursos.
- A identidade das comunidades locais, o seu conhecimento tradicional e o seus nexos com a utilização sustentável dos recursos são elementos necessários e fundamentais a serem preservados e fortalecidos tendo em conta o estado atual de evolução e conservação existente.
- As mulheres e os jovens dedicados à pesca e outras atividades da cadeia produtiva da pesca artesanal responsável (como o arranjo de linhas de pesca, a comercialização e a administração) precisam de oportunidades para organizarem e melhorarem as suas condições de vida com igualdade e inclusão.
- A cooperação e o suporte financeiro devem ser reforçados e apresentados aos atores locais de maneira diferente, que não só identifique e fortaleça o conhecimento técnico e científico mas que reconheça, valorize e fomente os esforços comunitários que constroem fortes vínculos com a conservação marinha.
- O Estado, como guardião da ética dos bens públicos, tais como o mar, precisa se perguntar: Por que e para quem é a conservação marinha? O estado deve promover políticas de gestão e suporte jurídico e institucional que respondam a uma maioria, agrupando os interesses dos diferentes atores para atingir metas alcançáveis que contribuam ao desenvolvimento social, cultural e ambiental e incentivem a igualdade.
- Tanto a resiliência ambiental quanto a social devem ser os guias na conservação marinha da América Latina, onde as comunidades locais, os povos indígenas e os pescadores de pequena escala, todos usuários tradicionais dos recursos marinhos, sejam vistos como parte do projeto de conservação a longo prazo num contexto de respeito aos direitos humanos e à igualdade.



Metodologia da Pesquisa:

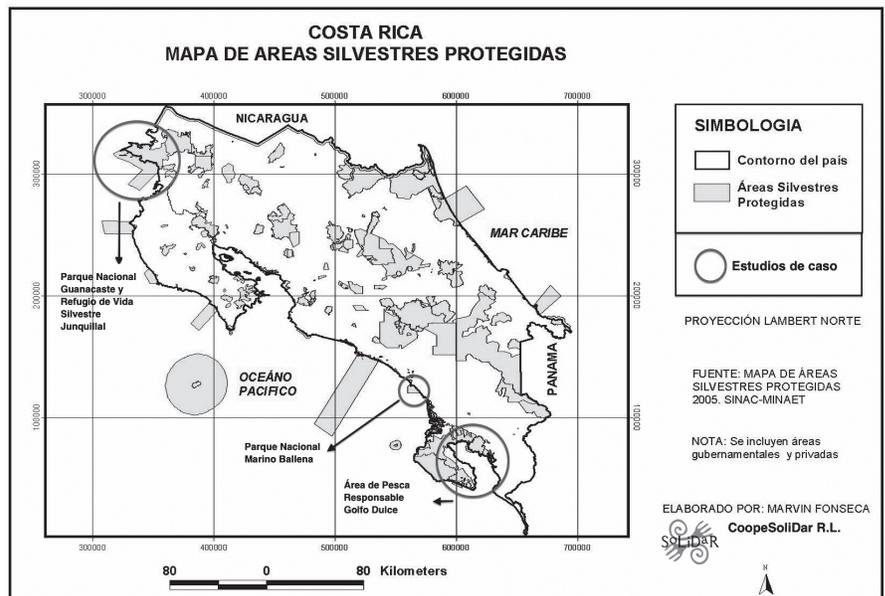
O estudo documentou e analisou as estruturas institucionais e os instrumentos de gestão (planos de gestão e outros documentos) e os quadros jurídicos da governança nas áreas marinhas protegidas do país. Além disso, os impactos sociais das áreas protegidas nas comunidades costeiras e exemplos positivos e não tão positivos de iniciativas de conservação comunitária na região, que servem para construir pontos de encontro e diretrizes na procura de formas e modelos de conservação, que começam com o exercício e o respeito dos direitos humanos integrados com sucesso no crescimento local sem alterar os padrões sociais ou culturais.

Foram analisadas as experiências da Área de Pesca Responsável do Golfo Dulce, Parque Nacional Marinho Ballena e Parque Nacional Guanacaste¹ (ver Figura 1).

A elaboração do trabalho local e a aplicação dos instrumentos metodológicos, começou após utilizar o instrumento de Consentimento Informado Prévio (PIC, por suas siglas em Inglês) em cada uma das áreas, incorporando tanto as estruturas institucionais de gestão quanto os atores locais. Três instrumentos foram usados na recolha de informação primária e afim de conhecer a percepção desde as vozes locais: a) Questionário estruturado direcionado aos atores locais (trabalhadores da pesca), b) Entrevistas semi-estruturadas destinadas a dirigentes e funcionários-chave; c) Grupos focais orientados a reuniões com organizações pesqueiras locais. Os instrumentos de consulta incluíram perguntas relativas à: impactos sociais, reconstrução histórica do processo de instauração de Áreas Marinhas Protegidas; visão dos membros das comunidades costeiras-pesqueiras sobre o modo de construir um futuro mais inclusivo nestas áreas marinhas protegidas, afim de recolher recomendações e fomentar uma melhor integração destas comunidades aos esforços de conservação marinha com igualdade e justiça.

A informação das entrevistas foi analisada utilizando o software estatístico Excel, através duma metodologia desenvolvida por COOPESOLIDAR R.L. para quantificar os dados obtidos.

1. O estudo regional sobre las dimensões sociais da prática em áreas marinhas protegidas, além dos casos costarrriquenhos, incluiu a análise de experiências em Panamá, a Guna Yala, o Parque Nacional Marino Bastimentos e Bocas del Toro; em Honduras, as Islas de la Bahía-Guanaja e Cayos Cochinos, e em Nicaragua, o Parque Nacional Chacocente.



Resultados. Aprendizagem prática sobre a conservação marinha na Costa Rica.

Caso 1.

Recursos financeiros de sobra: Nem tudo que reluz no mar é ouro: O caso do Golfo Dulce.

Quadro 3.

Área de Uso Múltiplo e Área Marinha de Pesca Responsável do Golfo Dulce

Em 16 de junho de 2010, através da Lei Especial Acordo AJDIP/191-2010, o Conselho Diretivo do Incopesca instaurou a Área de Pesca Responsável do Golfo Dulce.

O processo foi impulsionado pela Federação Costarricense de Pesca Turística (FECOPT), que foi a patrocinadora na criação do Plano de Gestão e tomou parte na negociação económica com a frota de pescadores artesanais semi-industriais para assegurar a declaração de área de pesca responsável. Como pode ser visto no Plano de Gestão, destacou-se a importância da pesca esportiva pela zona do Golfo Dulce.

O Golfo Dulce está localizado na Área de Conservação Osa (ACOSA), e é uma das regiões mais diversas na região centro-americana (Kappelle, M., et al., 2002).

De acordo com os dados do INCOPECA (2010), no Golfo Dulce quantificam-se uns 150 pescadores de pequena escala com suas famílias, distribuídos em aproximadamente 21 aldeias de pesca: Punta Arenitas, Platanares, Punta Panamá, Tamales, Potrereros, Matapalo, Carate Corcovado, Playa Piro, San Pedrillo, Burica Extremo Interna, Punta Islotes, Mogos, Guabos, Esquinas, Saladero, Punta Piedra, Coto Colorado, Zancudo, Pavones, Manzanillo, Punta Banco.

Os instrumentos de conservação marinha utilizados no Golfo Dulce confrontam os dois modelos que o país tem definido. Por um lado, o MINAET/SINAC, através do estabelecimento de áreas marinhas protegidas que respondem a alguma categoria de gestão. Por outro lado, o INCOPECA, através da criação duma zona de pesca responsável por meio dum plano de gestão pesqueira, sob a figura das Zonas de Pesca Responsável (ver Quadro 3).

A) Desde a administração da área protegida - Comissão Marinha do Golfo Dulce - MINAET/ACOSA

No tocante à criação da zona de pesca responsável, esta respondeu aos interesses económicos ligados à pesca esportiva e não à iniciativa das comunidades ou dos pescadores da região.

No tocante à gestão da área de pesca responsável do Golfo Dulce, observa-se que não existe um plano formal ou participativo de gestão da área marinha de pesca responsável, e as medidas são tomadas com base num plano de trabalho da Comissão da Área de Pesca Responsável.

No que se refere às oportunidades de participação na tomada de decisões, reconhece-se a existência do Comitê de



Acompanhamento da Área de Pesca Responsável, que inclui a participação de:

- Duas federações de pesca esportiva que têm influência e participam na Comissão
- Fundação Mar Viva
- Universidade Nacional
- INCOPECA
- MINAET
- Serviço Nacional da Guarda Costeira
- Um representante da Federação de Pescadores Artesanais (Fenapea).

Sobre o tema da distribuição dos benefícios derivados da conservação, percebe-se que a área marinha de pesca responsável do Golfo Dulce está avançando para um modelo mais privado de conservação, onde existem interesses econômicos e setores mais fortes que dominam o esquema de gestão.

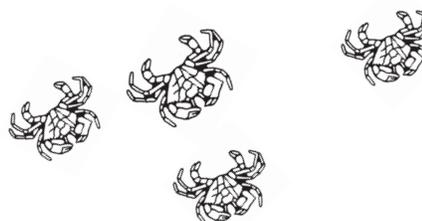
B) Desde os pescadores artesanais

A situação dos pescadores artesanais no Golfo Dulce é difícil e, além disso, notam-se uma série de problemas sociais, de expansão, treinamento e organização.

Os pescadores concordam que o Golfo Dulce é uma área marinha muito rica em recursos pesqueiros e biodiversidade marinha importante para conservar e principalmente garantir o bem-estar dos habitantes adjacentes à zona marinha. No entanto, alguns pescadores percebem uma redução na diversidade da base dos recursos pesqueiros.

Os pescadores afirmam que a Federação Nacional de Pescadores (MINAET) nasceu com o objetivo de encontrar soluções ao tema da organização e pela procura de maiores espaços pelas comunidades. Eles também reconhecem a existência de duas frotas artesanais, uma orientada à pesca à linha e anteriormente tresmalho e, a outra, de pescadores artesanais que utilizam redes de arrasto na captura de camarão (ver Quadro 4).

Os pescadores consideram que a idéia do nascimento da área não surgiu dos pescadores artesanais nem do INCOPECA. Segundo eles, a idéia surgiu foi duma pessoa ligada à pesca esportiva que forneceu recursos financeiros afim de gerar o interesse por procurar alguma forma de conservação marinha na zona.





Quadro 4.

A Federação Nacional de Organizações Pesqueiras Artesanais e Afins (Fenopea)

A organização foi fundada em 13 de março de 2007. Está formada por seis associações de pesca artesanal de pequena escala localizadas nas comunidades costeiras do Golfo Dulce.

Os seus objetivos centrais são desempenhar o papel de representante legítimo dos interesses deste setor e procurar projetos que permitam melhorar a atividade pesqueira e a qualidade de vida dos pescadores artesanais.

A Federação tem pensado fazer várias atividades que incluem: O fomento de projetos de turismo de pesca artesanal e estratégias de comercialização de produtos pesqueiros; o apoio às atividades de vigilância e controle e a promoção de investigações tendentes a fortalecer as artes de pesca e reforçar a pesca responsável.

“O mar me dá e eu dou para ele; conservar para pescar e pescar para preservar”

Fuente: Víctor Rocha, Presidente de Fenopea.

Os pescadores explicam que a aliança entre a frota de pesca artesanal e a de pesca esportiva nasceu para tirar a frota semi-industrial fora do Golfo Dulce. No processo de negociação, os representantes da frota semi-industrial e da frota artesanal receberam recursos financeiros para garantir a sua saída das áreas de pesca do Golfo Dulce. O dinheiro pago à frota artesanal foi entregue, entre outras razões, com o objetivo de fazer mudanças nas licenças de pesca e assim transformar as artes de pesca. Os entrevistados destacaram que alguns pescadores artesanais não estiveram dispostos a negociar mudanças nas artes de pesca.

Atualmente, este setor não está a favor do trabalho feito pelos representantes da pesca esportiva. Eles indicam que a mudança de licenças de pesca tem causado dano às suas atividades pesqueiras e consideram que é importante possuir as licenças de pesca e trabalhar de acordo com as leis. Até hoje, aproximadamente 115 novas licenças têm sido emitidas. No entanto, as pessoas afetadas não podem utilizar artes de pesca tradicionais nem existem alternativas que possam melhorar o impacto ambiental produzido.

No que respeita às questões de ordem na área de pesca responsável, os pescadores artesanais entrevistados conhecem sobre o documento que define as regras a serem observadas na área de pesca responsável e que poderia ser revisado afim de incorporar as opiniões dos pescadores.

Os pescadores tradicionais percebem insuficiências relativas aos temas de controle e vigilância. É de notar que nos inícios desta área de pesca, o número de autoridades presentes era muito maior. Os entrevistados disseram que a frota de pesca esportiva também tem operações de pesca de peixe de escama sem serem controlados pelas autoridades. Neste mesmo sentido, os pescadores tradicionais indicam que em algumas partes do Golfo Dulce é possível testemunhar a pesca de espécies pequenas e a pesca com tresmalho (pescadores que vêm de fora da zona), que se encontram nas áreas associadas ao Golfo Dulce.

Quanto às oportunidades de participação nas decisões relativas à área marinha protegida, no grupo focal entrevistado ouvem-se opiniões divergentes. Alguns pescadores artesanais - pelo menos na sua forma organizativa através do MINAET - sentem-se ouvidos na Comissão de Acompanhamento. Da mesma forma, as mulheres entrevistadas afirmam que, desde a criação da zona, elas têm tido mais espaços para serem ouvidas.

Outros pescadores falam sobre a importância de incluir mais representantes, por exemplo, os pescadores locais de camarão que não têm um espaço no Comitê de Acompanhamento, além da necessidade de aumentar o número de representantes da pesca artesanal na Comissão tendo em conta a extensão geográfica do Golfo Dulce. Alguns pescadores sublinham que têm tido que



recorrer aos tribunais para garantir o respeito aos seus direitos. Eles ressaltam a importância de reconhecer o trabalho e o conhecimento do pescador artesanal.

No tocante à divisão dos benefícios derivados da conservação, os pescadores artesanais entrevistados afirmam que junto com o estabelecimento duma área de pesca responsável, foram melhoradas as relações com as instituições estatais e as ONGs. No tocante ao relacionamento com os órgãos responsáveis dos recursos marinhos, os pescadores falam duma melhor relação com o INCOPECA e o MINAET. À luz dos pescadores artesanais, alguns biólogos consideram eles uma ameaça pelos objetivos de conservação.

Pescadores artesanais da FENAPEA e pescadores independentes usuários do Golfo Dulce. CoopeSoliDar R. L. 2012.



Quadro 5.

Vozes dos pescadores artesanais na área de Pesca Responsável do Golfo Dulce

No tocante ao sentimento atual dos pescadores do Golfo, ouvem-se opiniões do tipo:

- *Este projeto não é do Incopesca; é dum pessoa que deu o dinheiro...*
- *Somos contra o projeto, é monstruoso...*
- *É difícil confrontar um projeto tão grande...*
- *Há pessoas que vêm pra cá e nos enganam...*
- *Têm havido farsas também. Algumas coisas têm sido oferecidas...*
- *9 pescadofres foram pagos para mudar as suas artes de pesca, mas como é que essas famílias vivem? Eles receberam 4,5 milhões de colones mas as artes nunca chegaram. E a suripera (rede de arrasto) não funcionou...*
- *... Os biólogos e o estado nos consideram quase um veneno; agora ficamos apenas quatro pescadores com licença para pesca artesanal de camarão*
- *As licenças que eles receberam foram prejudiciais para eles...*
- *Eles querem nos expulsar como o mar puxa um tronco longe dele...*
- *Agora o advogado do Incopesca diz que eles vão mudar as licenças de pesca quando eles quiserem...*
- *Se eu obedeço as leis... (o pescador diz), eu sou um tigre. Se não eu sou só um gatinho...*
- *O grupo do Rio Pavones tem sido afetado pelos navios de camarão, sofrendo danos nos seus criadouros...*
- *As decisões da área devem ser tomadas pelos pescadores artesanais...*
- *O futuro parece bom...*

As mulheres e os jovens

- *As mulheres da área de pesca responsável nos colocaram no mapa. Estamos lá. Nós fazemos de tudo: consertar, pesar. Quando as marés vem, a gente participa. Graças à zona marinha, o nosso trabalho torna-se mais visível...*
- *Os jovens devem ser profissionais, o meu capítulo está chegando ao seu fim...*
- *Os rapazes pensam que eles vão pescar com computador...*

O conhecimento tradicional do pescador artesanal

- *Os biólogos de tubarões receberam uma placa grande e dinheiro e o pescador recebeu nada...*
- *8 anos eu fui para o mar e agora eles querem nos afogar e puxar fora...*
- *A Universidad da Costa Rica nos paga para obter eles obterem o nosso conhecimento.*

A tenência de terras

- *O tema do desalojamento de pescadores. A casa tem que ficar perto do mar.*

A pesca responsável

- *Seja responsável caso você praticar o tresmalho. O pescador responsável não utiliza o tresmalho.*

Caso 2.

Uma história de (conservação?) marinha que nasceu com a criação do Parque Nacional Marino Ballena, no Pacífico da Costa Rica

O Parque Nacional Marino Ballena localiza-se na Área de Conservação de Osa (ACOSA) no Pacífico Sul da Costa Rica. A sua declaração como parque nacional ocorreu em 1989, por meio de Decreto Executivo e teve como objetivo preservar um rico ecossistema marinho. As suas fronteiras foram redefinidas em 1992, e na atualidade, o parque tem uma área de 5.375 hectares marinhos e 110 hectares terrestres (COOPESOLIDAR R.L., 2002).

Como mostrado no Quadro 6, nesta área protegida tem-se experimentado um longo processo de conflito entre os diferentes usuários conectados ao espaço protegido, especialmente com os pescadores artesanais das comunidades vizinhas.

Status do Parque Nacional Marino de acordo com os usuários

A) Desde a administração da área protegida

Eles reconhecem a presença de 4 pescadores artesanais ativos que continuam se a perceber como um problema pela gestão da área. Tem existido também uma mudança de ocupação dos pescadores a operadores turísticos que começou há quase 8 anos.

Atualmente, o parque marinho não tem nenhum mecanismo de participação ou comunicação com a comunidade. Quanto a este assunto, que envolve a comunicação e o acesso à tomada de decisões, os entrevistados reiteraram que não existem espaços que envolvam os pescadores nem outros atores interessados das comunidades vizinhas para eles tomarem parte nas decisões de gestão da área.

Na sua opinião, é preciso atingir maiores progressos no contato e o fluxo de informação junto com os pescadores artesanais da comunidade de Domaticalito², que são considerados uma “ameaça” possível pela área, mas a situação e as características dessa população humana não são conhecidas.

2. A comunidade de Domaticalito localiza-se no setor norte do Parque Nacional Marino Ballena, e é integrada por pescadores artesanais. Esta comunidade sofre conflitos também devido ao desalojo de terras nas zonas marinho costeiras.

Quadro 6:

O caso do Parque Nacional Marino Ballena

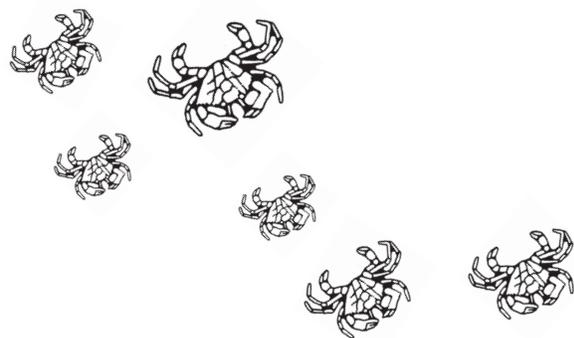
O nascimento do Parque Marino Ballena não foi precedido por um processo de consulta às comunidades, o que levou a violentos confrontos entre os usuários locais de recursos naturais e os funcionários do governo (MINAET).

No momento da criação do parque nacional, existiam três comunidades: Bahia, Uvita e Ballena, e dentro delas, comunidades pesqueiras humanas (famílias que viviam do parque e dos seus recursos), que praticamente desapareceram por não serem capazes de utilizar os recursos do mar.

As comunidades locais solicitaram estruturas representativas e legítimas pela gestão colaborativa. Como parte da estratégia para administrar o conflito, a Associação para o Desenvolvimento do Parque Nacional Marino Ballena (ASOPARQUE) foi criada em 1997, e reuniu 22 organizações locais na época. O ASOPARQUE propôs a desenvolver iniciativas de co-gestão pelo parque.

No entanto, todas as iniciativas de co-gestão falharam devido às brechas legais que impederam ou dificultaram para o Estado apoiar estes processos colaborativos. O fracasso gerou uma grande frustração nas partes interessadas, perda de interesse e deterioração dos canais de diálogo, além do aumento na escalada do conflito, que ainda não foi interrompido.

Tomado de COOPESOLIDAR R.L., 2002. (documentos internos): Parque Nacional Marino Ballena e os seus habitantes: Um processo de co-gestão em andamento”.



Menciona-se que pelas pessoas da comunidade, a pesca com linha é permitida mas que nas últimas semanas a lei tem sido aplicada a alguns dos pescadores artesanais que ficam na zona, e que várias das suas artes de pesca ilegal têm sido confiscadas.

A administração tem-se centrado sobre a regulamentação das atividades de turismo no parque, já que a embarcação e a equipe de controle da entidade têm sido fora de serviço; as atividades de controle e monitoramento do mar têm sido mínimas.

Na comunidade de Bahía a migração é evidente, mas as comunidades de Ballena e Uvita mantêm as suas populações humanas originais, mesmo quando não morem pescadores. A área tem sido exposta a alta especulação e venda de terras, o que tem tornado os habitantes de proprietários para jardineiros ou empregados de hotéis. Não há peixe pelo consumo local, a maioria dos peixes vendidos vêm da comunidade de Quepos e outras partes do Pacífico mesmo quando existe demanda do produto para consumo dos turistas.

B) Desde os pescadores artesanais das comunidades de Uvita, Bahía e Ballena

Os pescadores atuais reconhecem que ficam poucas pessoas que continuam a fazer este trabalho (3 - 4 pessoas). Sintem-se excluídos de qualquer possibilidade de participação e reconhecimento como uma atividade digna e honesta de apoio ao desenvolvimento local.

A transformação para novas fontes de renda de outras ocupações faz parte duma estratégia para sobreviver. A área marinha protegida não é percebida como um motor de crescimento nem gerador de benefícios claros para mulheres ou jovens. No entanto, todos eles reconhecem a importância duma zona de protecção.

Os pescadores entrevistados apontam que a atividade turística é uma nova fonte de renda, mas que ela somente beneficia aquelas famílias que foram capazes de adquirir um empréstimo para compra equipamentos e um barco. Os entrevistados afirmam que alguns pescadores têm feito uma mudança com sucesso e saído adiante. Porém, muitos têm dívidas com bancos e correm risco de perder as suas propriedades e o seu o patrimônio familiar.

Resaltam-se problemas sociais na comunidade, especialmente as drogas e o roubo, e os entrevistados dizem preferir a situação anterior da área protegida marinha, na qual através do modelo de governação de co-gestão permitia-se-lhes participar na tomada de decisões.

Os pescadores consideram que o único interesse das autoridades do parque nacional é o dinheiro (rendas por visitação) e não o bem-estar nem ou em a evolução dos habitantes locais.

Tanto a administração quanto os pescadores afirmam que este processo de conservação e crescimento é estritamente dependente da presença de baleias numa temporada do ano. Uma alteração neste fator por efeito da mudança climática ou outros fatores ambientais teria consequências muito negativas pelo parque e as comunidades locais. Ambas as partes confirmam que a o 90% dos visitantes são turistas nacionais. Porém, é possível observar grandes navios para atividades turísticas de pesca esportiva.

Substituição de navios para pesca artesanal por botes a motor para pesca turística e esportiva. Parque Nacional Marino Ballenas. CoopeSoliDar R. L. 2012.





Caso 3.

Uma visão ecossistêmica de conservação marinha? Conservação marinha em territórios transfronteiriços: O caso de Parque Nacional Guanacaste

Quadro 7.

Área de Conservação de Guanacaste

A área marinha da ACG inclui um arquipélago que integra 5 ilhas principais e pelo menos 10 ilhotas que compõem as Islas Murciélagos (Denyer et al., 2005). Nos 110 kms da atual costa da ACG, existem aproximadamente 24 praias, 12 das quais são praias arenosas e apresentam altos níveis de nidificação de tartarugas marinhas, principalmente a tartaruga pequena ou oliva (*Lepidochelys olivacea*) e a tartaruga preta (*Chelonia agassizii*) (Bassey, G., 1997).

Outras das características da biodiversidade marinha incluem os habitats mais específicos, tais como os campos de rochas, recifes rochosos, recifes de corais, bancos de algas marinhas, fundos arenosos e áreas de correntes de afloramento (Coopesolidar, 2012).

Antigamente, as comunidades indígenas do grupo étnico Chorotega, faziam uso dos recursos marinho costeiros e pesqueiros. Atualmente, nesta área várias comunidades pesqueiras vizinhas nos setores norte e sul da costa aproveitam os recursos marinhos existentes (Chavarria, M. 2011. Conversa pessoal).

A Área de Conservación Guanacaste (ACG) localiza-se no Pacífico Norte do país e compreende 158.000 hectares em áreas protegidas e 248,000 (em paisagens agrícolas (MINAET, 2011). A ACG possui 43.000 hectares marinhos que compõem o Parque Nacional Santa Rosa e o Refúgio de Vida Silvestre Bahía Junquillal. De acordo com Blanco (2004), este espaço marinho possui os ecossistemas costeiros mais intactos do Pacífico da Mesoamérica, localizados entre a Península de Santa Elena e as Islas Murciélago (Blanco, 2004).

A pesca artesanal é uma das principais atividades das comunidades da área, e da qual dependem principalmente como um meio de vida. Atualmente, o número de habitante nas dez comunidades vizinhas é em torno dos 50.000, que integram aproximadamente 800 pescadores artesanais em três centros populacionais vizinhos, Bahía Salinas, El Jobo, La Cruz e Cuajiniquil (Chavarria, M. 2011. Conversa Pessoal) (ver Quadro 7).

A) Desde a administração da área protegida

O MINAET/ACG, sendo uma entidade que cuida da conservação, conhece sobre o conflito existente com os pescadores das comunidades da zona. Os regulamentos de “não pescar” dentro dos parques nacionais têm criado tensão entre os funcionários e as comunidades de pescadores.

Existem duas associações de pescadores e outros pescadores independentes (Associação de Mergulhadores de Cuajiniquil (ASOBUCA) e a Associação de Pescadores de Santa Elena). Estima-se que o número total de trabalhadores que vivem diretamente da pesca é em torno dos 800.

Podem-se identificar várias posições sobre esta tensão e o relacionamento com as comunidades e os pescadores. Por um lado, os funcionários apontam que a inclusão das pessoas e a participação das comunidades é um obstáculo na gestão e cria conflitos. Por outro lado, reconhece-se a necessidade de transformar a visão para atingir uma gestão mais integral, que inclua as comunidades e gere benefícios derivados da conservação. Os que defendem esta posição, estão cientes das diferenças de poder que existem entre as comunidades e a instituição e os funcionários do MINAET, mesmo como as restrições para equilibrar essa desigualdade de poder, como por exemplo o acesso à informação, a falta de comunicação e vontade das autoridades para ouvir as



vozes dos pescadores e de outros membros das comunidades como válidas e importantes.

*Zona de pesca artesanal de Cuajiniquil.
CoopeSoliDar R. L. 2012.*

Os conflitos sociais internos das comunidades são vistos como restrições para alcançar uma gestão participativa e a distribuição equitativa dos bens gerados na área protegida (por exemplo, o turismo). Poucos são os benefícios criados pela área protegida que as comunidades identificam. Os únicos citados referem-se às atividades turísticas da ACG, tais como hospedagem, venda de alimentos, entre outros. No entanto, os funcionários dizem perceber uma aparente falta de organização na comunidade para tirar proveito de tais benefícios. Quanto ao uso dos recursos pequenos, considera-se que há outros espaços e bancos de pesca ricos fora da ACG que a comunidade pode aproveitar sem incorrer na violação dos regulamentos existentes na área.

No que se refere aos espaços pela participação da sociedade civil criados pelo MINAET - Comitês Regionais das Áreas de Conservação e Conselhos Locais³ - percebe-se que eles não são verdadeiramente representativos e que têm se tornado politizados. Não há espaços que permitam às comunidades se integrarem e se envolverem na tomada de decisões. A tomada de decisões fica relegada aos Comitês Técnicos e Direção da ACG. Atualmente,

3. De acordo com o Artigo N° 29 da Lei da Biodiversidade, estabelecem-se os Conselhos Regionais e Locais. Estes conselhos são instâncias de participação da sociedade civil formadas por representantes dos diferentes setores: organizações ambientais, governos locais, instituições acadêmicas, organizações comunitárias, setor produtivo agrícola e outros - que incluem a participação de representantes indígenas (Lei da Biodiversidade N° 7778, 1998).

o primeiro Plano de Gestão da área está sendo desenvolvido e as comunidades ainda não foram consideradas na tomada de decisões sobre o mesmo.

Os únicos espaços pelos membros da comunidade se envolverem têm a ver com o Programa de Educação Biológica, que trabalha junto com as escolas da região, e o Programa de Pesquisa que trabalha com jovens e crianças (incluindo grupos de crianças e jovens que participam de campamentos e monitoramento de espécies). No entanto, faltam oportunidades pelos pescadores ou outros membros das comunidades tomarem parte diretamente com a gestão marinha.

A questão da identidade pesqueira é vista como algo “novo” e considera-se que a comunidade de Cuajiniquil não tem cultura pesqueira. Esta comunidade é considerada uma “pseudocultura”, já que esta tem sido tradicionalmente uma comunidade de criação de gado, que mudou as suas atividades de produção após o estabelecimento da área marinha protegida.

B) Desde os pescadores artesanais

Cuajiniquil é uma comunidade cuja principal atividade produtiva é a pesca artesanal (direta e indireta), já seja a pesca costeira como a pesca no mar.

Como foi referido pelos membros da comunidade que foram entrevistados, na área existe um alto nível de desemprego e poucas oportunidades de crescimento educacional pelos jovens. A comunidade tem uma escola primária, mas sem infra-estrutura pela escola secundária.

A pesca artesanal é uma atividade em família. Família de pescadores artesanais de Cuajiniquil. CoopeSoliDar R. L. 2012.





A maioria dos entrevistados mencionaram a tranquilidade e a liberdade de ação possibilitada pelo trabalho no mar como aspectos positivos da vida na comunidade. No entanto, eles também referiram-se a alguns problemas sociais como as drogas e o álcool.

A comunidade de pescadores é dedicada principalmente ao mergulho com compressor. Segundo os pescadores entrevistados, alguns pescadores já experimentaram várias doenças e outros têm morto devido a esta atividade. Os entrevistados quantificam em 13 o número de pessoas afetadas por este tipo de prática de pesca. Os pescadores reconhecem que esses acidentes têm sido o resultado da má utilização das artes de pesca.

Quanto ao estabelecimento da área marinha protegida, a maior parte dos pescadores mencionou que eles não foram consultados sobre a criação do parque e ainda disseram que se sentiram enganados pela construção da casinha de controle do parque, a cuja criação eles contribuíram. Segundo foi referido por eles, foi-lhes dito que a casa serviria como ajuda e refúgio pelos pescadores em épocas de mau tempo, ainda que isto nunca aconteceu. Do mesmo modo, eles consideram que a criação do parque nacional fez-lhes perder a sua capacidade de aproveitar a melhor parte do território marinho pela produção local.

Os pescadores disseram sentir-se insatisfeitos com o tipo de gestão prevalecente na área marinha protegida já que eles falaram pelas autoridades sobre a sua vontade para trabalhar juntos na conservação, mas não foram considerados na iniciativa.

No tocante às oportunidades de participação nas decisões relativas a área marinha protegida, os pescadores disseram que o MINAET não tem promovido espaços de consulta com a comunidade pesqueira. Percebe-se nos entrevistados que, nos casos onde tem existido um espaço de diálogo, tem havido falta de compromisso das autoridades para dar seguimento as acordos alcançados nas reuniões onde eles têm estado presentes.

Sobre a repartição dos benefícios derivados da conservação, os pescadores entrevistados não percebem nenhum benefício por morar perto duma área protegida. Dos entrevistados, duas pessoas disseram sentir-se satisfeitos com a área e as duas vêm de famílias que conseguiram iniciar seu negócio de turismo.

Menciona-se que há setores, como o semi-industrial de camarão, que causa danos irreparáveis aos recursos marinhos e que esse setor atua na área sem ser sujeito a nenhum controle ou supervisão.

Todos os entrevistados (excepto um) apontaram que, desde a criação da área marinha protegida, nota-se um empobrecimento da comunidade, o que tem reduzido as rendas dos pescadores e gerado mudanças negativas na comunidade.



Quadro 8.

Vozes dos pescadores artesanais que moram no Parque Nacional Guanacaste

- *Vivemos da pesca, somos uma comunidade totalmente dependente desta actividade.*
- *O povo é pequeno, mas tem tradições e ainda que a pesca não gere muito dinheiro, dá pela gente comer.*
- *Eles tiraram muito do mar quando o parque foi criado. Essa era a melhor zona de pesca.*
- *As notícias, para se referirem ao nossos pescadores, dizem: “Em Cuajiniquil, um pirata foi preso”.*
- *Neste país tudo é o turismo, e no setor turístico eles falam: “Esses pescadores são um estorvo e nos obrigam a sair”.*
- *Eles se esquecem de nós, as instituições não vêm e somos presa fácil das drogas.*
- *A nossa situação é complexa porque estamos numa zona de fronteira e muito perto dum parque nacional marinho.*
- *O pescador é um estorvo pelo turista. Está sendo puxado fora e, finalmente, nada fica pelos habitantes locais.*
- *A gente disse pelo Ministério que temos que lutar juntos para preservar os recursos. A resposta deles não foi o que esperávamos. Não há interesse.*
- *Temos realizado encontros com os funcionários do parque. Nós não somos contra o parque, mas precisamos de ajuda, por exemplo, poder pescar com corda e com arpão, mas não é permitido.*
- *A gente tem lutado por obter um tratamento justo, mas não somos bem tratados. Quando eles nos param, lançam o nosso produto ao mar e se perde.*
- *É preciso colocar bóias de marcação para localizar as áreas.*
- *Os navios grandes entram no parque e ninguém diz nada.*
- *Os pecadores de camarão causam muito dano e a gente conhece onde eles varrem.*

Lições aprendidas para maiores e melhores esforços de conservação marinha na Costa Rica

Costa Rica acaba de começar a sua experiência a respeito do tema da conservação marinha, tem muito a aprender e estar disposta a aceitar as lições aprendidas do passado. Tudo isto é particularmente crítico diante dum compromisso por aumentar significativamente as áreas marinhas protegidas.

As ferramentas existentes para promover a conservação e o uso dos recursos marinhos por parte das duas instituições estatais responsáveis, o MINAET/SINAC e o INCOPECA, confrontam duas visões divergentes para alcançar os objetivos da conservação, desenvolvimento local, geração de oportunidades pela participação da sociedade civil, repartição de benefícios e gestão do território marinho.

As novas categorias de gestão definidas pelo MINAET, a reserva marinha e áreas marinhas de gestão, abrem um novo cenário para gerir o património natural marinho, ainda observa-se que nas áreas marinhas a administração pode criar uma oportunidade pelo aproveitamento sustentável dos recursos marinhos. Apesar disso, de acordo com a legislação nacional e as experiências analisadas, as zonas marinhas só podem ser regidas sob um modelo de governança estatal com pouca ou nenhuma participação das comunidades e de outros usuários.

Desde o MINAET, os exemplos apresentados neste estudo exemplificam os casos de dois parques nacionais (Guanacaste e Marino Ballena), que são áreas marinhas abordadas seguindo um tipo tradicional de gestão de áreas protegidas continentais, ao abrigo dum modelo de governança estatal que tem limitações significativas no que se refere à consideração dos elementos sociais e econômicos próprios da conservação.

O INCOPECA é um novo ator nas questões de conservação marinha e não tem experiência suficiente nestes assuntos. O principal elemento inovador visto nas áreas de pesca responsável é a possibilidade de integrar os temas sociais e de produção pesqueira dentro do ordenamento marinho de pesca responsável que considere a conservação.

A figura das áreas de pesca responsável não é uma categoria de gestão mas

Encontro de trabalhadoras y trabajadores da pesca da Associação de Pescadores de Santa Elena. Cuajiniquíl. CoopeSoliDar R. L. 2012.





conceitualmente responde a um modelo de conservação marinha que permite compartilhar espaços de tomada de decisão e o poder de influenciar a gestão marinha. O INCOPESCA dá um passo importante para o país permitindo estabelecer tabelas multiparticipativas para criar planos de gestão pesqueira e monitoramento da área de pesca responsável, trazendo uma oportunidade para gerir de acordo com um modelo de governança de co-gestão.

Respeito ao nascimento das áreas estudadas, em todos os casos nota-se que houve interesses maiores que dinamizaram a criação das áreas. No Golfo Dulce, os aspectos econômicos e a pesca esportiva, no Parque Nacional Marino Ballena a conservação e o turismo, no Parque Nacional Guanacaste de conservação e uma dinâmica política complexa dado que o parque localiza-se na zona de fronteira.



Nenhum dos casos parece cumprir totalmente com os objetivos de conservação das áreas nas quais eles foram criados. Nos casos estudados do MINAET/SINAC, se produz a entrada de várias frotas pesqueiras nos espaços marinhos protegidos (artesanais e de camarão). No caso do Golfo Dulce, reclamações formais têm sido apresentadas pelos usuários artesanais devido à falta de medidas de controle e vigilância.

Ligado às questões de controle e vigilância, o estudo permitiu demonstrar a incorporação

A contribuição das comunidades de pesca artesanal na Costa Rica merece ser reconhecida e valorizada a fim de fomentar a conservação marinha. Cuajiniquil. CoopeSoliDar R. L. 2012.

de atores que estão competindo diretamente com os pescadores artesanais. Segundo as informações recolhidas, tanto no Golfo Dulce quanto no Parque Nacional Marino Ballena, os barcos de pesca esportiva estão tirando vantagem dos recursos para pesca de peixe de escama, o que constitui um novo elemento de pesca ilegal nas áreas protegidas.

Nenhum dos casos mostrou o interesse das partes em garantir os temas sociais associados com a pesca artesanal, a cultura e a identidade das comunidades marinho costeiras. A opinião dos pescadores artesanais torna evidente a frustração, o engano e a manipulação por parte dos diferentes atores envolvidos na criação da área - organizações não-governamentais, instituições estatais, entidades privadas e técnicas- acadêmicos. Do ponto de vista da conservação da biodiversidade marinha, o pescador artesanal continua a ser considerado uma ameaça pelo cumprimento dos objetivos de assegurar o patrimônio natural e não como um setor com muito potencial para ser incorporado nos esforços de conservação marinha.

Os casos estudados mostram o grande número de famílias que vivem em torno à pesca artesanal, vizinhos de áreas protegidas. É



de observar como no Parque Nacional Marino Ballena, num prazo menor do que 10 anos, o número de pescadores na comunidade diminuiu significativamente de cerca de quase 30 a 4 famílias de pescadores na atualidade⁴. Ao longo deste tempo, a mudança de atividade produtiva para o turismo e a pesca esportiva tem sido grandemente encorajada, com implicações importantes relativas ao tecido social e organizacional das comunidades que moram na proximidade do parque. A mesma situação parece estar ocorrendo no Golfo Dulce junto com o interesse de promover a pesca esportiva.

Respeito às oportunidades de participação, nenhum dos casos estudados mostrou o pleno aproveitamento dos espaços de participação existentes. Há uma demanda generalizada por parte do setor pesqueiro artesanal devido à falta de acesso aos espaços de decisão, o que resulta na incapacidade de influenciar as decisões e significa que as suas posições não são ouvidas assertivamente quanto aos assuntos prioritários das áreas marinhas protegidas e a gestão dos recursos marinhos.

Cada uma das experiências evolui de modo diferente. No caso do Parque Nacional Guanacaste, as entrevistas evidenciaram a total ausência de diálogo e negociação. No entanto, reconhece-se o trabalho de alguns funcionários interessados nas questões sociais dentro da instituição. Na prática, o MINAET/SINAC/AGC não opera nenhum espaço que permita os pescadores contribuírem com a conservação nem exporem as suas necessidades como trabalhadores da pesca.

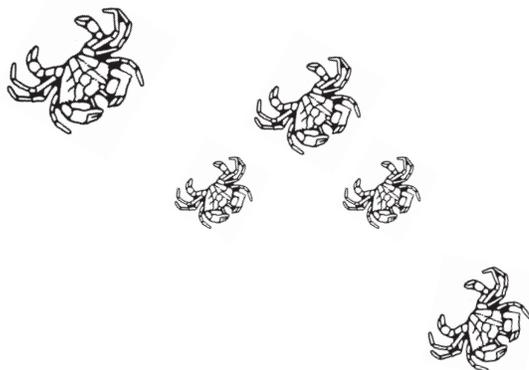
No caso do Parque Nacional Marino Ballena, como foi ratificado pelo administrador da área, em virtude da Lei da Biodiversidade, têm-se aberto espaços de participação - conselhos locais - mas eles não estão em funcionamento e todas as decisões são tomadas exclusivamente pelos representantes do governo sem possibilidade de participação das comunidades ou as organizações locais.

Na área de pesca responsável do Golfo Dulce, existe uma tabela de discussão mas apresenta um desequilíbrio na integração dos atores, onde a maior parte dos participantes representam os interesses da conservação e da academia e o número de representantes artesanais e locais é limitado.

É importante destacar que, no caso do Golfo Dulce, algumas representantes das mulheres afirmam ter percebido melhoras no seu grau de participação nas reuniões e espaços de tomada de decisão desde a criação da área de pesca responsável.

Através da pesquisa, se faz evidente que é preciso pela FENAPEA integrar mais pessoas das comunidades afetadas pela zona de

4. Estudo realizado por Coopesolidar R.L, em 2002 como parte da pesquisa "O Parque Nacional Marino Ballena e os seus habitantes: Um processo de co-gestão na em andamento".



pesca e incluir outras partes interessadas envolvidas na pesca artesanal que ainda não foram tidas em consideração.

Sobre a questão da repartição dos benefícios gerados pela conservação, a pesquisa mostrou que o país ainda não conseguiu gerar instrumentos de conservação marinha que permitam o desenvolvimento humano e o bem-estar integral das comunidades costeiras.

Nenhum dos casos permite concluir que a criação das áreas marinhas protegidas contribua a revigorar a economia ou a melhorar a qualidade de vida dos pescadores artesanais e suas famílias. Os pescadores percebem um empobrecimento pessoal e da sua comunidade, a renda é reduzida e a comunidade muda, o qual se faz mais evidente na proximidade do Parque Nacional Guanacaste e o Parque Nacional Marino Ballena. No caso da área de pesca responsável do Golfo Dulce, observa-se uma tendência de aumento na insatisfação neste setor, particularmente associada com as alterações de licenciamento e, com isso, a mudança das artes de pesca. De acordo com os pescadores, isto tem produzido efeitos adversos no exercício da sua actividade.

Sobre o tema dos direitos humanos, a pesquisa revelou que os pescadores artesanais e as comunidades na faixa territorial marinho costeira experimentaram diferentes tipos de abusos, entre outros, a criação de áreas protegidas sem serem consultados, pouco ou nenhum respeito ao seu direito de informação e, nos últimos anos, a implementação da Lei sobre a Zona Marítimo Terrestre, que tem permitido executar ações de despejo das comunidades costeiras privando às pessoas e a sua comunidade dos espaços de vida e as suas fontes de trabalho. A falta de direitos de propriedade nas áreas costeiras para garantir o exercício da pesca é um dos direitos humanos dessas comunidades que está sendo violado.

Recomendações: Para o futuro

1. O país precisa iniciar um diálogo claro e transparente com o setor pesqueiro artesanal, MINAET/SINAC, INCOPECA e outros atores que permita desenvolver uma estratégia nacional para lidar com a conservação marinha e o fortalecimento da cultura e a identidade das pessoas que moram perto do mar, bem como os trabalhadores da pesca num marco de respeito aos seus direitos humanos e com visão de futuro.
2. As políticas setoriais devem ser consistentes, evitando assim o desenvolvimento de conflitos entre as políticas que promovem o turismo, a evolução imobiliária, o investimento estrangeiro directo e os direitos das comunidades costeiras e as actividades de pesca artesanal.

3. É indispensável alcançar um compromisso político no país para o reconhecimento das áreas protegidas sob várias formas de governança participativa, desde a implementação de espaços que seguem modelos de co-gestão até iniciativas de conservação comunitaria.
4. É essencial desenvolver as habilidades sociais e técnicas dos funcionários responsáveis da gestão das áreas marinhas protegidas para garantir a conformidade com os objetivos de conservação e o desenvolvimento que observe os indicadores de boa governação.
5. O uso sustentável do mar, a sua gestão e a pesca responsável são os temas prioritários para atingir a conservação da biodiversidade marinha junto com as populações humanas.
6. Quanto aos assuntos de participação, é preciso abrir espaços reais de diálogo e de integração que permitam às comunidades locais costeiras e os seus setores serem ouvidas. O progresso deve estar de acordo com o princípio da boa governança de subsidiariedade, para garantir que a tomada de decisões ocorra nos níveis mais baixos e exista representação dos diferentes líderes.
7. Quanto ao tema da distribuição dos benefícios produto da conservação, é necessário que as iniciativas de conservação marinhas contribuam eficazmente a reduzir a pobreza com igualdade e assegurar que as áreas protegidas sejam os motores do desenvolvimento local.
8. Um dos novos desafios é a conservação marinha transfronteiriça. O país deve começar a discussão com os países vizinhos e gerar uma nova era na gestão responsável dos recursos marinhos fronteiriços.
9. Costa Rica tem uma frota de pesca artesanal, localizada principalmente nas costas do Pacífico, onde as condições de pesca são mais favoráveis pelo desenvolvimento da pesca de pequena escala. A costa do Caribe também tem uma frota pesqueira artesanal considerável, onde as culturas afro-caribenha e indígena são fundamentais pela resiliência social e ambiental desta região do país.





As comunidades de pesca artesanal do Pacífico da Costa Rica competem com o modelo de desenvolvimento turístico e imobiliário. Dominicalito. CoopeSoliDar R. L. 2012.



Bibliografía

Bassey, G., 1997. Los Recursos de Bahía Junquillal y otras áreas de importancia Biológica para el ACG, em Revista Rothschildia, Janeiro– Julio. 1997. Vol. 4-1. Ver em formato digital em: (<http://www.acguanacaste.ac.cr/rothschildia/v4n1/textos/junquillal.html>).

Blanco, R. 2004. Del machete y la carabina a la computadora. La evolución de la conservación en el área de conservación Guanacaste. Ver em formato digital em: (http://issuu.com/guanacasteareadeconservacion/docs/guanacaste_whs#download)

Chavarría, María Martha. 2011. Conversa pessoal.

Denyer, P; Cortés, J., y Cárdenas, G. 2005. Hallazgo de dunas fósiles de final del Pleistoceno en las islas Murciélago, Costa Rica, em Revista Geológica de América Central, 33: 29-44.

Comisión Interdisciplinaria Marino Costera de la Zona Económica Exclusiva de Costa Rica, 2006. Informe Técnico. Ambientes Marino Costeros de Costa Rica. Editores Vanessa Nielsen Muñoz e Marco A. Quesada Alpízar.

COOPESOLIDAR R.L. 2002. Documentos internos processo de investigação. “El Parque Nacional Marino Ballena y su gente:

un proceso de manejo conjunto en construcción. Elementos esenciales hacia el 2003.

COOPESOLIDAR R.L. 2012. Estudio regional sobre las dimensiones sociales de la práctica en áreas marinhas protegidas: estudios de casos de Costa Rica, Nicaragua, Honduras y Panamá. Documento de investigación em andamento.

Convenção de Diversidade Biológica. 2010. Metas de Aichi. Nagoya, Japão.

Instituto Nacional de Biodiversidad. Sistema Atta. Website: www.inbio.ac.cr/atta/index.htm.

INCOPESCA, 2010. Propuesta de Plan de Ordenamiento Pesquero del Área Marina para la Pesca Responsable Golfo Dulce.

Kappelle, M., M. Castro, H. Acevedo, L. González y H. Monge. 2002. Ecosistemas del Área de Conservación Osa (ACOSA). Serie Técnica Ecosistemas de Costa Rica. Editorial INBio. Heredia, Costa Rica. 332. pp.

MINAET, 2006. Costa Rica III Informe de país implementación del convenio sobre la diversidad biológica (CDB). San José, Costa Rica.

MINAET. 2011. Memoria Anual 2011. Sistema Nacional de Áreas de Conservación. Área de Conservación Guanacaste. (Ver em formato digital em: http://issuu.com/guanacasteareadeconservacion/docs/memoria_anual_acg-redfilesize).

La Gaceta (Jornal Oficial). 2004. Decreto Ejecutivo N° 31832-MINAE, publicado em 7 de julho de 2004

La Gaceta (Jornal Oficial). Decreto Ejecutivo N° 32731-MINAE, publicado em 8 de novembro de 2005.

La Gaceta (Jornal Oficial). Decreto Ejecutivo N° 35369-MINAET, publicado em 20 de julho de 2009.

La Gaceta (Jornal Oficial). Decreto Ejecutivo N° 35502-MAG, publicado em 1 de outubro de 2009.

Lei de Biodiversidade. Lei N°7788, 23 de abril de 1998

Programa Estado de la Nación. 2010. Decimosexto Informe Estado de la Nación en Desarrollo Humano Sostenible. Capítulo 4: Armonía con la naturaleza. San José, Programa Estado de la Nación.

Rocha, V. 2012. Conversa pessoal.

Os resultados apresentados fazem parte duma pesquisa intitulada “Estudo Regional sobre as Dimensões Sociais da Prática em Areas Marinhas Protegidas: Estudos de casos na Costa Rica, Nicarágua, Honduras e Panamá. Trabalho de pesquisa em preparação. O estudo recebeu o suporte do Coletivo Internacional de Apoio aos Trabalhadores da Pesca Artesanal (CIAPA, por suas siglas em Inglês), e pretende documentar as experiências de comunidades costeiras de pescadores de pequena escala na implementação e gestão de Áreas Marinhas Protegidas (AMPs) em quatro países da América Central - Costa Rica, Panamá, Honduras e Nicarágua. Este relatório retoma os resultados da investigação na Costa Rica. O trabalho foi preparado pelos seguintes associados da Coopesolidar R.L.: Vivienne Solis Rivera, Marvin Fonseca Borrás e Daniela Barguil Gallardo, apoiados na análise técnica de Patricia Madrigal Cordero e Ivannia Ayales Cruz e com suporte financeiro e revisão técnica por parte do Coletivo Internacional de Apoio aos Trabalhadores da Pesca Artesanal (CIAPA), Ramya Rajagopalan e Chandrika Sharma, ICSF.



www.coopesolidar.org



www.icsf.net
www.icsf.org



CoopeSolidar R.L.; es una cooperativa autogestionaria formada por personas con diversos conocimientos, saberes, e intereses que se fundamentan en una base ética de valores comunes, con compromiso social y cultural, que dignifica el trabajo en un marco de respeto y alegría.

Nuestra misión está orientada a proponer alternativas novedosas para lograr que la riqueza cultural y biológica contribuya al mejoramiento de la calidad de vida de la población, con justicia y equidad, por medio del acompañamiento en los procesos participativos, para tomar decisiones, desde los espacios individuales y colectivos, a los niveles locales, nacionales e internacionales.

Apartado postal 2459-2050 San Pedro, Costa Rica
Te. Fax. (506) 2225-0959 Tel. 2281-2890
Correo electrónico info@coopesolidar.org

www.coopesolidar.org



El CIAPA (ICSF) es una ONG Internacional fundada en 1986 a partir de la histórica Conferencia Internacional de Trabajadores de la Pesca y Cooperantes celebrada en Roma en 1984. Trabaja en asuntos que conciernen a los pescadores de todo el mundo. Al tratarse de una organización de apoyo, el compromiso del CIAPA abarca la influencia de procesos decisorios en el ámbito de la pesca a nivel nacional, regional e internacional. Con esta actividad del Colectivo persigue el debido reconocimiento de la importancia de la pesca, sus trabajadores y las comunidades a pequeña escala.

Desde una perspectiva mundial, la labor del CIAPA se ha centrado en países del Sur. Su misión radica en apoyar a las comunidades pesqueras y a las organizaciones de pescadores y capacitarlas para que su actividad en las pesquerías corresponda con los principios de trabajo digno, equidad, justicia entre géneros, autosuficiencia y sostenibilidad

Oficina en India
Secretaria Ejecutiva
ICSF – CIAPA, 27 College Road
Chennai 600 006
Tel. 91-44-28275303 Fax. 91-44-28254457
Correo electrónico icsf@icsf.net

Oficina de Liaison en Bélgica
Secretaria
Sentier des Rossignols 2
1300 Rixensart, Bélgica
Tel. 32-2-6525201 Fax. 32-2-6540407
Correo electrónico briano@scarlet.be

www.icsf.net

www.icsf.org